



ST5 – POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO SOCIAL E PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

DESENVOLVIMENTO E CULTURA NO LITORAL NORTE DO RIO GRANDE DO SUL: UMA APROXIMAÇÃO

DEVELOPMENT AND CULTURE IN THE NORTH COAST OF RIO GRANDE DO SUL: AN APPROXIMATION

Saulo Barbosa LOPES¹

Resumo: O sentido e os significados do desenvolvimento no Litoral Norte do Rio Grande do Sul precisam ser melhor definidos. Uma tradição produtiva baseada na agricultura e construção civil, que já não impulsiona o crescimento econômico como em outros tempos, um modelo de relações socioeconômicas excludente, o maior índice de evolução demográfica do estado e a menor produtividade. O projeto busca identificar as principais dinâmicas na temática do desenvolvimento no Litoral Norte, os atores envolvidos e elementos culturais ligados a formas de pensar e de agir que contribuem para afirmação de práticas que travam o desenvolvimento na região (tradição, conservadorismo, lobby, relações de compadrio, clientelismo, etc.). Os resultados preliminares apontam para a falta ou lacunas nas políticas públicas, a existência de relações sociais altamente divergentes e individualistas e a baixa mobilização social como principais fatores na base de melhores índices de desenvolvimento.

Palavras-chave: Cultura. Desenvolvimento. Políticas públicas

Abstract: The sense and meanings of development in the North Coast of Rio Grande do Sul need to be better defined. A productive tradition based on agriculture and construction civil society, which no longer drives economic growth as in other times, a model of exclusionary socioeconomic relations, the highest rate of demographic evolution in the state and lower productivity. The project seeks to identify the main dynamics in the theme of development in the North Coast, the actors involved and cultural elements linked to ways of thinking and acting that contribute to the affirmation of practices that hinder development in the region (tradition, conservatism, lobbying, relations of cronyism, patronage, etc.). Preliminary results point to the lack or gaps in public policies, the existence of highly divergent and individualistic social relations and low social mobilization as the main factors underlying better development rates.

Keywords: Culture. Development. Public policy

¹Engenheiro Florestal. Aluno do Programa Pós-Graduação em Dinâmicas Regionais e Desenvolvimento, UFRGS. Mestre em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS (2001). Graduado em Engenharia Florestal pela Universidade Federal de Santa Maria-RS/UFSM (1996). E-mail: barbosalopes@yahoo.com.br.



II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

INTRODUÇÃO

O litoral Norte do Rio Grande do Sul, segundo estudos como o RS 2030², tem uma tradição histórica produtiva baseada na agricultura e construção civil, mas estes setores já não impulsionam o crescimento econômico como em outros tempos, apoiando-se, mais recentemente, no turismo sazonal, em modelos de negócios e de relações socioeconômicas excludentes, com o maior índice de evolução demográfica do estado e também a menor produtividade regional.

Busca-se nesse trabalho entender as características socioculturais da sociedade e setores econômicos e o peso de suas influências que resultam dificultar o avanço de inovações que poderiam alavancar o desenvolvimento na região. Que traços da cultura regional resultariam limitar as possibilidades de desenvolvimento?

Essas questões orientam o nosso pensamento e o desejo de entender a Cultura regional, como forma de apoiar ações convergentes e propostas de desenvolvimento mais inclusivas, que permitam destravar o potencial de desenvolvimento regional e melhorar o atendimento das necessidades da maioria da população regional.

Nesse sentido foi proposto o projeto *Concepções e Definições de Desenvolvimento no Litoral Norte do Rio Grande do Sul*, que busca descobrir e revelar aspectos culturais ligados às concepções e propostas de desenvolvimento formuladas pelos agentes públicos e implementadas pelas organizações públicas e privadas na região, as quais tem se revelado - conforme inúmeros estudos realizados, na quase totalidade, incapazes de transformar o alto potencial regional em índices de desenvolvimento alentadores e inclusivos.

Parte-se da idéia de Identificar exploratoriamente elementos culturais ligados a formas de pensar e de agir que contribuem para afirmação de práticas que limitam o desenvolvimento na região - principal objetivo do Projeto - bem como caracterizar aspectos culturais que afetam o desempenho das concepções e iniciativas de desenvolvimento do Litoral Norte.

O resultados apresentados são de uma pesquisa-piloto, com doze entrevistas aplicadas em 2019 e início de 2020, versando sobre o tema da Pesquisa, das quais realizamos uma análise preliminar à luz de alguns conceitos e teorias de desenvolvimento e apresentamos as primeiras conclusões, em nível exploratório, decorrente dos temas levantados.

O recorte de região chamado Litoral Norte utilizado é influenciado pelo *determinismo natural* ligado à proximidade com o mar, lagoas e atividades de lazer e férias, mas também como região *funcional*, nessa relação com o fluxo de pessoas e idéias, ou no sentido Coraggiano, como “*locus*

² RS 2030 – Tendências Regionais, elaborado pelo Governo do RS no ano de 2013, baseado em dados da FEE-RS e IBGE



II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

onde se assenta um complexo social-natural”, no sentido de uma divisão regional do trabalho (Coraggio, 1979). Contudo, para efeitos práticos, adotamos a divisão regional proposta pelo COREDE Litoral, que define o Litoral Norte como uma região composta de 21 municípios, se estendendo entre os municípios de Balneário Pinhal e Torres.

DESENVOLVIMENTO, SUBDESENVOLVIMENTO, PÓS-DESENVOLVIMENTO

Desde Schumpeter, que argumentava que a estrutura de mercado no capitalismo jamais foi de concorrência perfeita, nem mesmo em sua origem e que o que move a economia é o desejo capitalista de lucros, donde surge a inovação, até Keynes, que contestou pressupostos da economia neoclássica, ponderando que a ação espontaneísta de alguns capitalistas não permitiam a existência de mercados plenamente livres, sendo necessária a regulação estatal; o modelo do “*laissez faire*” vem sendo historicamente questionado.

A refutação do modelo explicativo de Adam Smith (1776), que buscava afastar o Estado da economia, propondo a livre concorrência dos capitalistas e a autoregulação do mercado para que as nações se desenvolvessem, vem se expandido, apontando-se cada vez mais as limitações dos pressupostos e do funcionamento dos mercados baseados no estático modelo dos “mercados livres”, embora o desejo de afastar o Estado seja ciclicamente atualizado nas discussões e iniciativas que buscam revitalizações econômicas de Estados e territórios, sempre com o protagonismo de grupos que buscam ocupar o lugar do Estado e aumentar seus lucros privados.

Mais recentemente, Polanyi (2000), postulou que para a economia de mercado funcionar, é necessário que a sociedade se organize em torno do mercado, se mire nele e seja dirigida por ele; que o mercado seja o espelho da sociedade e não o contrário, como seria desejável se a busca fosse por atender as necessidades sociais de bem-estar.

Diversos registros históricos e evidências apresentadas por esse autor mostram que a intervenção estatal sempre foi necessária, dada a degeneração dos modelos econômicos frente a interesses por lucros crescentes dos agentes econômicos, que com frequência gera monopólios, asfixia social e até mesmo pode levar à inviabilização das trocas nos mercados.

É portanto a intervenção estatal que permite assentar as bases para o funcionamento dos “mercados livres”, através da regulação Polanyi (2000):

Não havia nada natural em relação ao *laissez-faire*; os mercados livres jamais poderiam funcionar deixando apenas que as coisas seguissem o seu curso. Assim como as manufaturas de algodão - a indústria mais importante do iniciante livre comércio - foram criadas com a ação de tarifas protetoras, de exportações subvencionadas e de subsídios indiretos dos salários, o próprio *laissez-faire* foi criado pelo estado [...] Polanyi (2000:170).

Nos anos 70, face a dificuldades na implementação dos receituários homogeneizantes, a





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

Comissão Econômica para a América Latina – CEPAL, já questionava a própria noção e sentido do desenvolvimento propostas pelos pensadores euro-americanos, onde já despontava a noção de um modo de desenvolvimento singular, associado ao ritmo e etapas que aqui se desenvolveram, diferentemente dos países mais adiantados da Europa e Norteamérica, bem como o comportamento das elites, colocando uma condição de subdesenvolvimento, formando estruturas econômicas *dependentes*.

O efeito do impacto da expansão capitalista sobre as estruturas arcaicas variou de região para região, ao sabor das circunstâncias locais, (...) a resultante foi quase sempre à criação de estruturas híbridas, uma parte das quais tendia a comportar-se como um sistema capitalista, a outra, a manter-se dentro da estrutura preexistente. Esse tipo de economia dualista constitui, especificamente, o fenômeno do subdesenvolvimento contemporâneo. FURTADO (2000:161).

A característica principal das economias subdesenvolvidas seria então a existência dessa deformação estrutural, caracterizada por um dualismo *atrasado-moderno*. Tal deformação estrutural resulta, para esses autores em crescentes desequilíbrios sociais, políticos e econômicos.

Mas há ainda o comportamento das elites, tão em claramente visto nas carreatas anti-isolamento na pandemia de COVID-19 no Brasil. Bresser-Pereira (1976) colocou que, além da dualidade social existe outro fator a determinar o subdesenvolvimento de um país: sua dependência em relação aos grandes países industrializados, que decorre de um modo de inserção na divisão internacional do trabalho.

É o modo de comportamento das elites governantes que determinam o modo de inserção do país na divisão internacional do trabalho. E a aceitação da dependência e subordinação da nação aos interesses internacionais reflete tanto as pressões internacionais nos órgãos multilaterais para conversão às regras de funcionamento dos mercados globalizados, quanto os ganhos que os grupos privados internos obtêm nas trocas desiguais que por vezes são aceitas.

“Um país subdesenvolvido não é apenas um país “atrasado” em termos econômicos porque realizou sua revolução nacional e capitalista depois de os países ricos a terem feito. É também um país cujas elites aceitam a subordinação a uma potência imperial (Pereira, 1976:02)

E isso remete à noção de classes sociais, tão esquecida nos debates sociais atuais, como bem lembrou Murdock (2009) e João Freire Filho (2007). Este último mostrou como isso aparece mesmo nos *Estudo Culturais*, onde, evitando assuntos mais espinhosos, muitos autores tem privilegiado as discussões sobre criatividade, e agenciamentos individuais de membros flutuantes de *neotribos*.

Francisco de Oliveira, em sua obra *Crítica à razão Dualista* (1988), já havia notado essa tendência no Brasil na época da *Abertura Democrática*:

“..ao enfatizar o aspecto da dependência, da relação centro-periferia, os teóricos do “modo de produção subdesenvolvido” (ligados à CEPAL), deixaram de tratar os





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

aspectos internos das estruturas de dominação que conformam as estruturas de acumulação próprias de países como o Brasil, dizendo respeito à oposição entre classes sociais e lutas internas”. (Oliveira, 1988:14).

Atualmente o problema do *Desenvolvimento* é assim colocado por autores como Escobar (1995):

“Geralmente uma abordagem de cima para baixo, etnocêntrica e tecnocrática, que trata as pessoas e culturas como conceitos abstratos, com estatísticas que podem ser movimentadas para cima e para baixo em gráficos de progresso”.. (Escobar 1995:44).

Mas, mesmo falho, com todas as debilidades que tem aparecido no debate sobre modelos e suas implementações, o *Desenvolvimento* produz coisas, ideários e disciplinas que servem como *Instrumentos*. Contudo, Escobar (1995) mostra que as abordagens do Desenvolvimento desconsideram, sistematicamente, culturas e conhecimentos locais e modos de compreensão da natureza, em favor de um “modo racional” de governo e a constituição de programas de alavancagem econômica, supostamente geradores de bem-estar a populações entendidas como pobres.

Nos programas, suas reformulações, replanejamentos, etapa após etapa, o discurso do Desenvolvimento tem dificuldade de avançar, apenas trocando de figurino com novidades de abordagem, para logo em seguida se constatar falho novamente (Radomski, 2011), e justamente por isso, deveria ser superado, ao invés de reparado como idéia, como modelo, uma vez que não avança, sempre “*tropeçando nos próprios pés*”, como colocou Rist (2008).

Para ler a realidade brasileira seria necessário, para autores como Costa (2004, 2006), Carvalho (2001) e Maia (2009), utilizar as lentes do pós-desenvolvimento, do pós-colonialismo, uma vez que, como resultado de séculos de colonialidade, as premissas e as práticas das políticas de desenvolvimento apresentam um passado extenso de produção de violências conceituais, econômicas e até físicas, num horizonte de subalternidade cultural jamais disfarçado (Radomski, 2011), sendo necessário assumir a árdua tarefa de questionar o etnocentrismo como única fonte de saber legítimo e capaz.

É necessário portanto buscar modelos de desenvolvimento mais apropriados aos territórios e comunidades, tal como expresso em algumas propostas novas que tem aparecido , tal como o ideário do *Desenvolvimento Endógeno*, que busca articular as dimensões econômicas e produtivas à esfera sociocultural dos territórios, no contexto das relações que as sustentam e a dimensão política, se materializando em iniciativas locais, criando um entorno que incentiva a produção e favorece o desenvolvimento sustentável (Barquero, 2002).

Também ganha terreno a idéia de *Decrescimento*, como modelo para o desenvolvimento, a qual propõe discutir os modelos de sociedade na qual vivemos, buscando-se modelos nos quais se possa viver melhor, trabalhando menos e consumindo menos, mudando gradativamente a lógica de acumulação em direção a uma melhor qualidade de vida para a humanidade com um todo, reduzindo-se as disparidades, conflitos, violência e a pressão sobre os recursos naturais (Latouche, 2009).



OBSERVADR





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

As abordagens mais recentes do Desenvolvimento decorrem justamente das inconsistências das abordagens *mainstream*, que propunham crescimento e desenvolvimento sem entregar o que prometiam, servindo ainda, muitas vezes, como base para uma exclusão crescente de pessoas do conjunto de beneficiários, para a manutenção de privilégios de pessoas e grupos e para o desmantelamento do papel do estado-providência, desembocando em estados autoritários e populações largamente desassistidas (Latouche, 2009).

Nesse contexto de busca de modelos mais inclusivos de desenvolvimento, assumem maior importância o foco na integração local e regional, as culturas dos territórios e as relações de poder, que precisam ser - antes de tudo - bem compreendidas, para favorecer boas articulações e novas parcerias em torno de pressupostos de renovação ou novos modelos de projetos.

CULTURA E DESENVOLVIMENTO

A cultura de um lugar aparece para Sahlins (1997) como resposta local às influências do sistema capitalista mundial, havendo sempre uma tensão entre um processo com vistas à homogeneização e outro que resiste e caminha para uma “diferenciação local”. E os esquemas culturais quase sempre se apoiam em um *locus* institucional privilegiado do processo simbólico, de onde emana um quadro classificatório imposto [ou orientativo] para toda a cultura.

Na sociedade burguesa a produção material [economia] é o lugar dominante da produção simbólica, enquanto na sociedade primitiva eram as relações de parentesco. Assim, as classificações apropriadas a quaisquer atividades particulares da sociedade local, representariam alguma transposição do esquema operativo do parentesco nas sociedades mais primitivas Sahlins (2003).

A importância dessa discussão deve ser medida tendo em vista as consequências que as hegemonias obtidas têm, tanto em relação aos modelos de desenvolvimento, quanto no que concerne às concepções do papel da cultura no enfrentamento dos pontos problemáticos nas diversas coletividades, na medida em que determinam decisivamente os processos nos quais vivemos e construímos idéias, práticas, cotidianos e utopias de sociedade (Guerra e Silva, 2012).

Colocando as relações de poder como elemento central da conceituação de cultura e seu papel decisivo no desenvolvimento, os *estudos culturais* fornecem uma chave de análise da relação cultura-desenvolvimento, que passa pela problematização das desigualdades, em cujo âmbito as posições estruturais de poder determinam políticas de investimentos financeiros e de propostas de mudanças culturais discursivamente apresentadas enquanto caminhos para a produção do *desenvolvimento* (Idem, Ibidem).

Disso decorre a necessidade de desnaturalizar os discursos que caracterizam alguns países e regiões como superiores (ou pessoas, ou instituições). Esses discursos fundamentam a estruturação dual das sociedades, tal como a reificação de instituições ou pessoas, construindo fontes de *clientelismo*.





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

Graham (1997) analisa as relações entre público e privado no Brasil do século XIX, sugerindo a existência de uma aliança entre elite central e chefes locais, mediada pela *patronagem*. O caráter estruturador da patronagem vinha da troca de empregos por votos, estabelecendo uma cadeia de relações de dependência, que colocava os vínculos público-privado em fluxo contínuo. A atenção à trama clientelista sobrepunha-se aos esforços de organização de interesses econômicos ou ao fortalecimento do poder central.

José de Souza Martins, em *O Poder do Atraso* (1994), colocou que as transformações e modernizações que ocorrem no Brasil tendem a ser lentas, não se baseando em mudanças sociais e econômicas rápidas ou acentuadas, o novo surgindo sempre como um desdobramento negociado do velho:

“Foi o próprio rei de Portugal, em nome da nobreza, que suspendeu o medieval regime de sesmarias na distribuição terras; foi o príncipe herdeiro da Coroa portuguesa que proclamou a independência do Brasil; foram os senhores de escravos que aboliram a escravidão; foram os fazendeiros que em grande parte se tornaram comerciantes e industriais ou forneceram os capitais para esse desdobramento histórico da riqueza do país. Nessa dinâmica é que pode ser encontrada a explicação para o fato de que são os setores modernos e de ponta, na economia e na sociedade, que recriam ou mesmo criam relações sociais arcaicas ou atrasadas, como a peonagem, a escravidão por dívida, nos anos recentes. Martins,(1994:30).

Schwarz (1991) contribui para a compreensão do cenário em que se desenvolve o clientelismo no Brasil, pontuando que:

[...] **a colonização brasileira produziu, com base no monopólio da terra, três classes de população:** o latifundiário, o escravo e o homem livre. Como a relação entre os dois primeiros é clara, o autor destaca o terceiro, pois, não sendo nem proprietário nem proletário, dependia da dádiva e do favor para ter acesso à vida social. Schwarz (1991, p.16)

A lógica da dádiva e do favor tornou-se, assim, o conteúdo principal dos vínculos políticos e sociais, operando nas esferas da vida particular e privada as questões que, numa sociedade de direitos, deveriam ser fixadas como de caráter público.

Prevalecem ainda hoje duas lógicas de ação política, que correspondem a perfis de grupos de interesses, que Abranches (1989), atualizando a discussão, denomina *clãs e facções*, e que se diferenciam da lógica do mercado e atuam muitas vezes dentro das instituições públicas contemporâneas.

Mas a cultura política da dádiva sobreviveu ao domínio privado das fazendas e engenhos coloniais, sobreviveu à abolição da escravatura e expressou-se de uma forma peculiar no compromisso colonialista e chega até nossos dias (Sales, 1994), por isso julgamos que seja apropriado examinar no conteúdo do projeto proposto.

Entender e influir sobre as oportunidades de Desenvolvimento Regional no Litoral Norte do RS passa por interpretar estes elementos conceituais e históricos, caracterizando a realidade regional





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

e revelando os conceitos e práticas subjacentes às abordagens de desenvolvimento propostas pelos atores regionais, bem como as relações de poder e cultura que sustentam as iniciativas e as tradições organizativas.

A partir disso, buscamos identificar elementos associados a esses conceitos na realidade específica estudada, evidenciando a apropriação ou divergência dos mesmos. Apresenta-se a seguir os resultados da primeira abordagem piloto do tema realizada no final de 2019 e início de 2020 na região, trazendo algumas questões para aprofundamento nas próximas etapas da pesquisa.

ABORDAGEM DO TEMA DESENVOLVIMENTO E CULTURA NO LITORAL NORTE DO RS

Com isso em mente, propusemos o projeto Cultura e Desenvolvimento no Litoral Norte-RS e realizou-se uma abordagem-piloto com uma pequena amostra de entrevistados (12) no Litoral Norte do estado, utilizando-se um instrumento que procurou captar questões afetas às influências da Cultura no Desenvolvimento Regional, com posterior *clusterização* (pós-classificação) das categorias, onde obteve-se os resultados a seguir apresentados.

O roteiro abordou questões relacionadas a temas correlatos de Desenvolvimento Regional, tais como *potenciais e gargalos*, quais deveriam ser as *iniciativas* para mudar a situação atual e que *atitudes e comportamentos* seriam identificados na sociedade como necessários de serem repensados para superação de relações sociais que vêm mantendo as desigualdades e influenciando na manutenção ou ampliação de problemas sociais.

Os Principais temas-foco de Desenvolvimento e Cultura no Litoral Norte do RS, que emergem das primeiras entrevistas, são relacionados aos temas de políticas públicas, participação social e temas de cultura e comportamento, constelados em termos correlatos, conforme a seguir apresentados.

RESULTADOS

Gargalos e Problemas

Sendo o principal problema apontado a disponibilidade de empregos e oportunidades para contingentes expressivos da população (mencionado por mais de 50% dos entrevistados), o que, na verdade, resulta de conjunturas e opções de desenvolvimento, os principais gargalos apontados para o desenvolvimento da região estão na esfera das políticas públicas (incluindo a estruturação e qualificação das ações de gestão pública), a questão da insustentabilidade ambiental do modo dominante de exploração econômica e questões relacionadas à (falta de) escuta e mobilização social, que aparece como segundo principal gargalo de desenvolvimento, atrás apenas das questionadas políticas públicas e seus modos de implementação, conforme detalhado a seguir.





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

Políticas Públicas

O principal tema que se sobressai nas opiniões, relaciona-se a **deficiências nas políticas públicas**, que seriam, além de fracamente estruturadas, afastadas das necessidades da maioria da população, citadas também a existência de relações clientelistas ou coronelistas dominando os interesses e ações das políticas públicas. Seriam, segundo alguns entrevistados, orientadas por interesses minoritários, pouco abrangentes socialmente.

Outros termos e citações associam as políticas a um **suposto modelo de crescimento pouco contextualizado, incipientemente estruturado**, focado imediatistamente no apoio a alguns setores e temas, não considerando o contexto mais amplo das necessidades da sociedade, que resultaria travar o desenvolvimento ao invés de promovê-lo.

Os poderes públicos pensam pequeno. Pensam apenas em si mesmos como governantes..., não levam em conta as necessidades da população. M.M., 60.

O cunho político limita o desenvolvimento regional.... O prefeito que assume nunca tem planos maiores do que 4 anos, isso freia o desenvolvimento. AG, 53.

Para alguns entrevistados a ação dos poderes públicos **sequer consideraria, na amplitude adequada, o turismo** – principal força motriz atual da economia regional - seu ordenamento, qualificação de mão-de-obra e fiscalização, aspectos essenciais para potencialização da principal vocação regional e, menos ainda, a necessária e incipientemente pautada abordagem da sazonalidade do turismo e suas possibilidades de diversificação e equilíbrio.

São apontadas influências de “grupos políticos fortes”, empresariais e ou familiares, que agiriam para interceptação ativa das oportunidades de negócios e interferência nas políticas públicas, evitando sua divulgação ampla e abertura equânime para outros setores e grupos, como forma de manter o capital político e econômico concentrado, em seu próprio benefício e de seu círculo de amigos e apaniguados.

A falta de integração institucional e de ações integrativas de governança regional também se sobressai desde as primeiras entrevistas, naquilo que poderia ser a ponta de lança de um verdadeiro desenvolvimento regional, integrado e integrador. Contudo, as dificuldades de integração de ações das municipalidades e institucionalidades são flagrantes, notórias e não dão qualquer pista de que possam ser revertidas num horizonte próximo.

Na visão de um dos entrevistados, a **Sazonalidade** do Turismo e da Economia, tão notória e influente para todos na região, sequer é uma pauta que avança na AMLINORTE, uma das principais instituições de planejamento e governança regional. Para o entrevistado isso se deveria ao fato de que essa associação seria formada por uma maioria de municípios não-litorâneos, não avançando o tema na priorização de assuntos para discussão e ação.

Dos 23 municípios que compõem o COREDE Litoral Norte, apenas nove têm praia, devido a





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

isso, a pauta de Sazonalidade nunca entra na pauta da AMLINORTE. O “Litoral” só entra na pauta, por obrigatoriedade, no verão. IT, 61.

A AMLINORTE não liga para o tema da Sazonalidade, não se dão as mãos... Só alguns ali trabalham.. [pelos objetivos formais da associação]. AG, 53

A qualificação da gestão para a execução das políticas públicas também é um tema associadamente citado e, o perfil cultural dos gestores, sua formação, visão e estilo de comando das equipes técnicas das prefeituras, que também são fundamentais para um bom desempenho das políticas e para integração das municipalidades numa perspectiva regional, segundo alguns entrevistados, carecem de abordagens de qualificação, capacitação, planejamento estratégico ou outras iniciativas integradoras.

As políticas públicas são vistas como assistencialistas por muitas pessoas, e seria para alguns entrevistados o modo político tradicional na região, assumindo importância como alívio aos necessitados, mas também sendo usado como arma política de cooptação pela dádiva, escravizando ambos os lados da equação e distorcendo as possibilidades e alternativas de desenvolvimento.

O modo **assistencialista** das políticas públicas é colocado como um dos principais apoios instrumentais à lógica cultural e política regional e apontado como um dos principais fatores de manutenção das desigualdades sociais na região, decorrendo, segundo alguns entrevistados, da tradição coronelista-colonialista, também bastante citada, e inserindo-se no debate conceitual da cultura da dádiva e sua importância no contexto de dominação cultural e econômica na região. Isso contribuiria para a manutenção da pobreza e amorteceria as demandas por um desenvolvimento com maior inclusão e distribuição de benefícios, que resultariam em maiores índices de desenvolvimento humano e econômico.

O problema social mais grave do Litoral Norte é o Assistencialismo. JC, 36.

O Assistencialismo não faz tu te instigar para buscar oportunidades, aceitar os trabalhos mais penosos.. E tem por trás o voto cabresto, é preso no voto cabresto. AG, 53.

Cultura, Comportamento, Desigualdades

Os termos ligados à cultura regional, na esfera dos costumes, relacionados a formas de relacionamento entre as pessoas, ocupam o terceiro lugar em citações nas primeiras entrevistas. Termos como *individualismo*, cultura de *levar vantagem em tudo* (falta de solidariedade), ações de obstaculização da evolução *do outro*, baixa empatia, falta de humanismo, ou mesmo falta de *espírito empreendedor*, seriam questões da esfera da cultura relacionadas ao (baixo) desenvolvimento regional, interferindo em processos de interação cultural e no andamento dos projetos.



OBSERVADR





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

Para os entrevistados haveriam questões como preconceitos não trabalhados (racismos, segregações sociais e econômicas), ativos no dia-a-dia que serviriam a propósitos de dominação, associados a falta de receptividade para ideias novas, para os novos moradores (sempre em número crescente), novos participantes em instituições, novos projetos, tudo isso atuando em perspectivas conservadoras de poder.

No contexto dessas atitudes de dominação, há também a ação claramente identificada de **setores dominados**, que aceitariam e até demandariam as atitudes dominadoras, colaborando ativamente e passivamente para manutenção dos setores dominantes e perfazendo ganhos através de posições de “poder relativo”, através da qual se tornariam reconhecidos, adquirindo *status* e reproduzindo-se através das dádivas.

O assistencialismo é a alavanca da Dominação. “Rancho Remédio e Religião em troca de Eleição”. AG, 53

O **sequestro de oportunidades** de desenvolvimento também é citado como comum e intencional, como ação sistemática para manutenção da dominação econômica, constituindo uma rede intrincada de relações sociais, mantidos por uma cultura que legitima ações de dominação e uma camada dominada que aceita essas relações de dominação.

Existe uma casta política e empresarial que age para manter sua dominação e evitar a ascensão de outros, mantendo os dominados nessa condição.. MM, 60.

A incipiência de iniciativas de compreensão e abordagem para o trabalho de elementos indesejáveis da cultura regional também é identificada por alguns entrevistados, naquilo que poderia vir a constituir-se como “meio termo” entre as ações de dominação identificadas e a submissão da cultura dominada, que equilibra a polaridade opressor-oprimido e dificulta a superação das relações de dominação.

Algumas iniciativas de inclusão, de solidariedade e de desenvolvimento de identidade regional, de valores culturais autóctones, são reconhecidas por alguns entrevistados, carecendo contudo de maior apoio na forma de políticas públicas para sua amplificação, bem como de maior divulgação para ampliação de seu alcance e penetração nas esferas educativas e institucionais, onde sua expressão ainda é pequena e de baixo alcance.

Assim, o meio termo para ajuste das relações de dominação, para equilíbrio entre as atitudes dominadoras e o apaniguamento dos dominados, se dá, não na forma de políticas integradoras, inclusivas, mas de ações assistencialistas dos grupos políticos dominantes do cenário regional e acaba também contribuindo para uma estabilidade conservadora, não-inclusiva, que tem dificuldades para ampliar a integração e não produz desenvolvimento real.

Participação Social, baixa Mobilização

O segundo tema mais levantado nas entrevistas é a participação social ou, mais especificamente -





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

a falta dela - seja por isolamento dos formuladores de políticas públicas, que, para boa parte dos entrevistados, têm sistematicamente ignorado a maioria da população em suas decisões, ou mesmo por falta de maior participação da sociedade nos momentos de chamamento – o que acaba constituindo um duplo problema, tal como levantado pelos entrevistados.

Para a maioria dos entrevistados, o aumento da **participação** seria uma saída importante para a melhoria dos problemas encontrados no litoral norte, permitindo encontrarem-se saídas melhor estruturadas para os problemas da população e potencialização dos sempre poucos recursos disponíveis.

Todas as saídas passam por ouvir mais a sociedade, compor forças. JC, 36.

É necessário abrir discussões públicas sobre temas de interesse, permitindo ampliar as percepções e forma de pensar da sociedade, com ciência, inovação e coragem de discutir FC, 55

É necessário abrir fóruns de discussão, seminários, propondo temas de interesse amplo para buscar construções e convergências. GF, 47.

Seria, para estes entrevistados, a forma de buscar a concertação das políticas públicas, democratização da governança, demanda de maior abertura dos parlamentos e tomadores de decisão para ampliação da escuta da população, enfim, o caminho para democratização as políticas públicas.

O tema do turismo, uma das principais âncoras econômicas do litoral norte, seria, para alguns entrevistados, um bom exemplo da necessidade de entrar na pauta para debate das alternativas e modelos, para além do *veranismo*, bem como para enfrentamento da sazonalidade, tema associado e complexificador da economia, intimamente ligado ao turismo, mas que, no entanto, não aparece nos temas prioritários da comunidade, sendo citado por uma parcela pequena dos entrevistados.

Iniciativas e Saídas

Quando questionados sobre quais as saídas para os problemas e gargalos apontados, os entrevistados apontam principalmente para as iniciativas de ampliação da participação social, as ações e trabalhos para a mudança da cultura e modo de ação dos gestores e para iniciativas de pesquisa e inovação.

O tema da Participação Social, um dos mais citados na abordagem dos gargalos e problemas como foi visto, desponta explosivamente como solução/iniciativa apontada pelos entrevistados, com a maioria absoluta de citações dentre as iniciativas para a superação da condição de baixo desenvolvimento apontadas pela população.

As iniciativas de ampliação dos espaços de expressão, debate, manifestação e integração cultural, tais como fóruns de discussão, debates pré-eleitorais majoritários e proporcionais, eventos temáticos sobre temas novos (inovações sociais e tecnológicas) despontam como fundamentais e estratégicos.



OBSERVADR





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

O papel das universidades, em especial as públicas, é visto como central na possível convergência de ações de governança e integração de setores sociais, o que poderia levar a uma progressiva ampliação dos interesses refletidos nas ações governamentais e na revelação de inovações possíveis, pela natureza, alcance e caráter de suas ações.

As inovações possíveis a partir do papel que as universidades representam e podem ainda mais representar, no apoio a ações culturais, integração social, apoio a políticas públicas, geração de dados, pesquisa básica e aplicada, além da formação de recursos humanos, são insondáveis e têm uma estrada aberta para exploração, principalmente na relação com as possibilidades de convergência temática que possam ser estabelecidas em fóruns participativos, legítimos e representativos, que historicamente tem sido sediados em suas dependências.

“O papel das universidades, tanto públicas quanto privadas, é importantíssimo, mas precisa derramar o conhecimento para fora dos seus muros... Os caminhos, propostas acadêmicas que estão atualmente colocadas não estão contribuindo para o real desenvolvimento regional. O uso atual do conhecimento não é suficiente, não está dando certo..” IT, 61.

A Universidade pode ser o suporte para o desenvolvimento regional... mas precisa abrir mais o diálogo para as representações comunitárias. AG, 53.

As opiniões ligadas à necessidade de ações de qualificação da gestão pública, de trabalho com os servidores públicos e, principalmente, com os gestores, para instigar mudanças de pensamento no seu modo de agir, são também bastante expressivas.

A necessidade de convergência dos municípios em torno de projetos mais amplos e convergentes de Desenvolvimento Regional, são também citadas, notória sendo a concorrência dos municípios por recursos, investimentos, legitimidade e o individualismo das abordagens de desenvolvimento, refletindo o dominante modo individualista das relações pessoais.

Convergência de Significados

Se essas opiniões são realmente representativas e se essas iniciativas trariam ou não ou não os resultados esperados, é uma questão para ser melhor explorada em atividades subsequentes da pesquisa e na experimentação prática das propostas e sugestões. Mas apesar da falta de aferição do grau de representatividade dos temas levantados, face ao pequeno número de entrevistas até o momento realizadas e à falta de uso de critérios de representatividade na escolha dos primeiros entrevistados, a clareza dos apontamentos e opiniões até o momento levantadas já permite sublevar esses temas como pontos a serem aprofundados em ações subsequentes.

Convergindo para a análise teórica, com base na revisão bibliográfica preliminarmente apresentada, podemos identificar algumas convergências.





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

Marshal Sahlins, em sua obra *Cultura e Razão Prática* (2003:232), falava de um *locus institucional privilegiado do processo simbólico*, de onde emana um quadro classificatório orientativo para toda a cultura, sendo que, na sociedade capitalista, a economia seria o lugar dominante da produção simbólica, enquanto nas sociedades “primitivas” seriam as relações generalizadas de parentesco.

Dos elementos levantados se poderia concluir que a sociedade norte-litorânea do RS teria um considerável grau de “primitivismo”, dado o reconhecimento pela população (pelos entrevistados até o momento) da grande influência de clãs familiares-político-empresariais, através de relações clientelistas na interceptação de oportunidades sociais e econômicas, o que talvez possa constituir um dos principais horizontes de limitação do desenvolvimento regional - entendido como desenvolvimento equilibrado em abordagens e oportunidades - pelo menos para parte da população.

Sahlins (2003:242) afirmava:

“No interesse do crescimento do PNB, valores simbólicos são criados, institucionalizados e encorajam a partir daí as capacidades de manipulações simbólicas dentro da ordem social constituída...” [...] “*não hesitando em destruir qualquer outra forma de humanidade* cuja diferença consista em haver descoberto não somente outros códigos de existência, mas meios de chegar a um fim que ainda nos escapa: o controle da sociedade sobre a natureza...” Sahlins (2003:242)

E isso é igualmente válido no contexto examinado, pois, a identificação, pelos entrevistados, de ações intencionais de pessoas ou grupos organizados para dominação social parece confirmar empiricamente a proposição de Sahlins na realidade estudada.

A identificação pelos entrevistados da existência de clãs e facções agindo para interceptação de oportunidades de negócios e interferência nas políticas públicas também aponta para o que Guerra e Silva (2012), Graham (1997) e Schwarz (1991) colocam, para a possível existência de alianças formais ou informais, gerando relações clientelistas e a influência da cultura da dádiva, que precisam ser entendidos nos seus mecanismos de operação para que se encontrem formas de colocar em discussão nas instâncias adequadas à sua resolução.

A falta de maior discussão sobre estruturação do turismo e sobre a sazonalidade é algo surpreendente, pois trata-se do setor de maior apelo e uma das principais forças motrizes da economia regional, cuja flutuação sazonal coloca em situação difícil um número muito grande de famílias. Esse setor, por falta de opções e abordagens na baixa temporada, literalmente define, como de resto toda a economia regional, tornando a região muito pouco atrativa aos turistas fora da temporada, a não ser nos feriados prolongados.

A Sazonalidade, contudo, não se deve só ao Turismo, atingindo toda a economia, prestadores de serviço, força de trabalho e com enormes implicações sociais. A cada ano mais pessoas desembarcam no litoral para moradia, resultando na região em que a população mais cresce. Mais e mais pessoas decidem ficar no litoral após o verão, por opção ou falta de opções, e isso





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

muitas vezes desemboca em situações de vulnerabilidade social que poderiam ser antevistas e trabalhadas se o tema entrasse de fato na pauta de uma forma mais ampla.

Rodrigues e Rodrigues (2006) colocam que apenas um bom planejamento turístico, direcionado por uma metodologia sistêmica e orientado para desenvolvimento com base local e ênfase na cidadania é capaz de diminuir estes impactos indesejáveis e Oliveira (2001) e Moesch & Gastal (2007), afirmam que só assim se gerariam alternativas para garantir a qualidade de vida, a autonomia das comunidades e a sustentabilidade da atividade turística.

O fato de o tema não entrar na pauta, não ser visto de forma mais direta a necessidade de busca de equilíbrios ativos mostra, portanto, um importante hiato, até certo ponto incompreensível, apontando, talvez, para uma total adaptação dos setores governantes, dos tomadores de decisões à realidade de “flutuação econômica”, que em alguns casos é tida como “descanso” para aqueles que fizeram seu “pé-de-meia” nos meses de verão.

As citadas ações de dominação levadas a efeito por alguns grupos, de forma ativa e intencional em muitos casos, mas também aceitas de forma passiva e até demandadas em troca de dádivas por parte da população vem contribuindo para a manutenção da tradição assistencialista. Essas ações contribuem de fato para a atenuação das dificuldades de expressivo contingente populacional, mas também para o reforço dos esquemas de poder e dominação existentes, em intrincadas redes, difíceis de identificar e de abordar, dada a ancoragem cultural dos comportamentos.

O meio termo nessa lógica, o amortecimento entre as condições dominante-dominado é preenchido justamente por essas políticas assistencialistas, mas são também citadas a existência de políticas de cunho emancipatório, inclusivas e solidárias, porém ainda incapazes de mudar significativamente a situação na região e carecendo de abordagens mais amplas e maior visibilidade social. Políticas de cultura em alguns municípios e iniciativas de resgate e inclusão social são citadas como exemplos de novas abordagens possíveis já experimentadas.

A busca pelo aumento da participação social na definição e execução das políticas públicas, segunda saída mais citada pelos entrevistados, onde mais de 50% a mencionam como principal saída/iniciativa a ser impulsionada, em que pese dotada de um grande grau de consenso, ainda se mostra pouco pautada, com poucas iniciativas sendo registradas.

Propostas como *demandar a abertura do parlamento, promover debates pré-eleitorais*, e outras propostas dos entrevistados, ainda permanecem como ideias e as principais iniciativas de debates e busca de participação social vem das universidades, já bastante reconhecidos e esperados, mas ainda incapazes de alterar significativamente a concepção e o caráter geral das políticas na região, como inclusive citado por um dos entrevistados: “*o conhecimento atualmente mobilizado não está dando certo*” (IT, 61).

As questões levantadas são preliminares, mas também candentes, urgentes e convergentes, e apenas um trabalho de especificação, aprofundamento de causas e formulação, permitirá adensar e convergir no entendimento das bases culturais e suas relações com a economia e a política





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

regional. Disso poder-se-á chegar, talvez, a uma melhor compreensão das condições de vida da população do litoral norte do RS e as relações com o tão sonhado aumento de qualidade de vida, que todos os forasteiros³ – sempre em número crescente – buscam ao escolher a região como local de vida.

REFERÊNCIAS

BARQUERO, A.V. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: FEE, 2001

CARVALHO, José Jorge. (2001), “o olhar etnográfico e a voz subalterna”. **Horizontes Antropológicos**, 15: 107-147

CORAGGIO J.L. (1979), **Sobre la espacialidad social y el concepto de region**. México: El colegio de México/Centro de Estudios Economicos y Demograficos, Avances de Investigación, CEED, n3.

COSTA, Sergio. (2004), “Quase crítica: insuficiências da sociologia da modernização reflexiva”. **Tempo Social**, 16 (2): 73-100.

ESCOBAR, A. **O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento?** 2005

ESCOBAR, Arturo. (1995), **Encountering development: the making and unmaking of the Third World**. Princeton, Princeton University Press.

FERRARI Filho^I F.; Terra. F.^{II}. As disfunções do capitalismo na visão de Keynes e suas proposições reformistas, **Rev. econ. contemp. vol.15 no.2 Rio de Janeiro May/Aug. 2011**.

FREIRE FILHO, João. **Reinvenções da Resistência Juvenil: os estudos culturais e as micropolíticas do cotidiano**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

GRAHAM, R. **Clientelismo e Política no Brasil do Século XIX**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997

GUERRA, LD., SILVA, JB. **Cultura e desenvolvimento: uma visão crítica dos termos do debate**. In BRASILEIRO, MDS., MEDINA, JCC., and CORIOLANO, LN., orgs. Turismo, cultura e desenvolvimento [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2012. pp. 195-233. ISBN 978-85-7879-194-0. Disponível em SciELO Livros <http://books.scielo.org>

³ População que migra de outras regiões do estado para o Litoral Norte





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

HALL, M. C. **Planejamento Turístico – Políticas, Processos e Relacionamentos.** Tradução de Edite Schulli. São Paulo: Contexto, 2001.

KEYNES, J.M. *The general theory of employment, interest and money.* New York: HBJ Book, 1964.

LATOUCHE, S. **Pequeno tratado do decrescimento sereno.** São Paulo: Editora WMF, 2009

MAIA, João Marcelo. (2009), “Pensamento brasileiro e teoria social: notas para uma agenda de pesquisa”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 24 (71): 155-168

MARTINS, J. de S.. **O Poder do Atraso: Ensaios de Sociologia da História Lenta.** São Paulo: Hucitec, 1994

MOESCH, M. M.; GASTAL S. **Turismo, políticas públicas e cidadania.** São Paulo: Aleph, 2007.

OLIVEIRA, A. P., **Turismo e Desenvolvimento – Planejamento e Organização.** São Paulo: Atlas, 2001

MORAES, Reginaldo Carmello Corrêa De. **Nota sobre a Economia do Desenvolvimento nos “Vinte e Cinco Gloriosos do Pós-Guerra.** São Paulo, 2004.

MURDOCK, Graham. Comunicação contemporânea e questões de classe. **Revista Matrizes**, São Paulo, v.2, n.2, p.31-56, 2009

POLANYI, K. (2000), **A grande transformação: as origens de nossa época;** tradução de Fanny Wrabel. - 2. ed.- Rio de Janeiro: Compus, 2000

RADOMSKY, G. F.W., Desenvolvimento, pós-estruturalismo e pós-desenvolvimento: a crítica da modernidade e a emergência de modernidades alternativas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 26. n.75, p. 149-162, 2011.

RIST, Gilbert. (2008), *The history of development: from western origins to global faith.* 3 ed., Londres, Zed books

RODRIGUES e RODRIGUES, **A Sazonalidade e a Indústria do Turismo no Vale do Paraíba Paulista In: IX Encontro Latino Americano de Pós-Graduação – Universidade do Vale do Paraíba Paulista, São José dos Campos: Univap, 2006.** v.1.:il.; 30cm.



OBSERVADR





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

ROSTOW, Walt Whitman. **The Stages of Economic Growth**. The Economic History Review, New Series, Vol. 12, No. 1 (1959), pp. 1-16

SAHLINS, M.. 2003. **Cultura e razão prática**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor

SAHLINS, Marshal. “O ‘pessimismo sentimental’ e a experiência etnográfica: porque a cultura não é um ‘objeto’ em via de extinção”. In: Mana - **Estudos de Antropologia Social do Museu Nacional**. Rio de Janeiro, v. 3, n. 1 e 2, UFRJ, 1997.

SCHUMPETER, J. A. **A Teoria do Desenvolvimento Econômico: uma investigação sobre lucro, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. Rio de Janeiro: Nova Cultural, 1997. [Links]

SCHUMPETER, J. A. **Capitalism, socialism and democracy**. New York: Harper and Brothers, 1961.

SMITH, A. **A riqueza das nações**. Rio de Janeiro: Nova Cultural, 1996. v. I.

SCHWARTZ, R. **Ao vencedor as batatas**. São Paulo: Duas Cidades, 1991.

UNITED NATIONS (ONU). **Measures for the economic development of under-developed countries**. New York: United Nations, 1951.



OBSERVADR

